



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

**1ª Câmara de Direito Público**

**Embargos de Declaração nos autos da Apelação nº 0233457-4 (NPU nº 0001243-31.2007.8.17.0730)**

**Embargante:** Antonia Pedro da Silva e outros

**Embargado:** Estado de Pernambuco

**Relator:** Des. Erik de Sousa Dantas Simões

**EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACÓRDÃO. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. AGRAVO RETIDO DESPROVIDO. PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE ATIVA, IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO, NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL E DE JULGAMENTO EXTRA PETITA REJEITADOS. PEDIDO DE REINTEGRAÇÃO BASEADO NA POSSE EXERCIDA PELO ESTADO DE PERNAMBUCO HÁ MAIS DE 50 (CINQUENTA) ANOS. ÁREA PERTENCENTE A EMPRESA PÚBLICA. ÁREA PÚBLICA AFETADA. BEM PÚBLICO. NÃO SUJEIÇÃO À USUCAPIÃO. MERA DETENÇÃO. NÃO CABIMENTO DE PEDIDO INDENIZATÓRIO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO NA DECISÃO EMBARGADA. OS EMBARGOS DECLARATÓRIOS NÃO SÃO MEIO HÁBIL PARA REEXAME DA MATÉRIA, RESTRINGINDO-SE ÀS HIPÓTESES ELENCADAS NO ART. 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PREQUESTIONAMENTO. NÃO CABIMENTO. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME.**

1. O pedido reintegratório baseia-se na posse direta que o Estado exercida desde 30 de dezembro de 1950, quando adquiriu o bem através de compra e venda, conforme se depreende da certidão de fl. 07/08, confeccionada pelo Tabelião Substituto do Cartório de Ipojuca. Ainda que se considere que a ocupação dos demandados se deu há mais de 20 (vinte) anos, conforme alegam, tem-se que a ocupação do Estado se deu em data muito anterior.

2. O Estado de Pernambuco, apesar de ter doado o imóvel, continuou se comportando como se proprietário do bem fosse, mesmo depois da doação, tendo, inclusive, construído uma casa Oficial destinada ao Chefe do Poder Executivo Estadual. Esta tese é corroborada ainda mais pelos depoimentos pessoais dos próprios réus, porquanto aduziram ter ciência de que as terras pertenciam ao Estado de Pernambuco.

3. Ressalte-se, ainda, que o IPA é entidade integrante do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), coordenado pela EMBRAPA,



583  
M

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

voltada para pesquisa, desenvolvimento e produção de bens e serviços agropecuários, tendo como atividades, entre outras, a assistência técnica, extensão rural e de infraestrutura hídrica do Estado de Pernambuco. Tais atividades, decerto, são de grande interesse público.

4. Desta feita, não cabe aos ocupantes o direito de retenção do bem. Isso porque não se pode falar em posse de bem pertencente à Empresa Pública dotada de interesse público, já que as áreas que servirão à sua finalidade, delimitadas através de decretos, tornar-se-ão afetadas por tal múnus de interesse ou finalidade pública, sendo, portanto, considerado bem público para todos os efeitos legais, inclusive quanto a não sujeição à usucapião (Art. 102 do Código Civil<sup>2</sup>).

5. Sendo o bem em questão considerado público, não há que se falar em posse, mas em mera detenção. Isso torna impossível o pedido indenizatório, porquanto é vedado o direito à retenção do bem pelas benfeitorias realizadas, ao contrário dos casos de posse, em que é lícita a possibilidade de reserva.

6. Não há nenhum dos vícios que ensejam a interposição de Embargos. Em verdade, nota-se que o embargante está pretendendo apenas rediscutir a questão, o que não se admite em sede de Embargos Declaratórios.

7. A questão em tela foi devidamente enfrentada e os fundamentos utilizados na decisão são suficientes para dar suporte e motivação ao entendimento firmado.

8. Não há qualquer omissão, obscuridade ou contradição no acórdão embargado, não servindo, os aclaratórios, como meio hábil para rediscussão de matéria.

9. O julgador não está adstrito a analisar todos os argumentos levantados pelo embargante, quando já encontrou motivo suficiente para fundamentar a decisão. Precedentes do STJ.

10. Não se viabiliza por meio de Embargos de Declaração o pré-questionamento explícito de dispositivos constitucionais e infraconstitucionais para a abertura da via extraordinária e especial, sob o risco de incorrer em usurpação de competência.

11. Embargos de Declaração rejeitados.

12. Decisão Unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração dos Embargos de Declaração nos autos da Apelação nº 0233457-4 (NPU nº 0001243-31.2007.8.17.0730).

<sup>2</sup> Art. 102. Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.  
04 ED 0233457-4



584  
M

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

---

em que figura como partes as acima indicadas, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, em conhecer e rejeitar os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, 27 de maio de 2014.

  
**Des. Erik de Sousa Dantas Simões**  
Relator



585  
M

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

---

**1ª Câmara de Direito Público**

**Embargos de Declaração nos autos da Apelação nº 0233457-4 (NPU nº 0001243-31.2007.8.17.0730)**

**Embargante:** Antonia Pedro da Silva e outros

**Embargado:** Estado de Pernambuco

**Relator:** Des. Erik de Sousa Dantas Simões

**RELATÓRIO**

Trata-se de Embargos de Declaração opostos em face de Acórdão que, por unanimidade de Votos, julgou desprovidas as Apelações interpostas em face da sentença que, nos autos da Ação de Reintegração de Posse, julgou parcialmente procedente o pedido formulado na inicial, para determinar a reintegração ao autor, Estado de Pernambuco, na posse plena da parcela de cerca de 40 (quarenta) hectares, do imóvel situado em Porto de Galinhas, medindo 110,2 hectares, que serviu à Construção da Casa de Veraneio do Governador, conforme escritura registrada no livro 30E, fls. 52, sob o nº 636, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ipojuca (fls. 07 e 08).

Aduzem os embargantes, em apertada síntese, que há omissão no julgado, no tocante ao reconhecimento de que a área, por eles ocupadas, não está inserida na área reclamada na Ação Reintegratória.

Sustentam, ainda, que residem há mais de 20 (vinte) anos com suas famílias na localidade e que o Estado não comprovou que possuía a posse direta do bem, já que não é o proprietário das terras reclamadas.

Requer, por fim, o conhecimento e acolhimento dos presentes embargos, a fim de reconhecer que a área de posse dos Embargantes não está inclusa na área reclamada pelo Estado, ou, ainda, que se reconheça a boa fé dos embargantes.

É o relatório.

Recife, 27 de maio de 2014.

  
**Des. Erik de Sousa Dantas Simões**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

586  
N

**1ª Câmara de Direito Público**

**Embargos de Declaração nos autos da Apelação nº 0233457-4 (NPU nº 0001243-31.2007.8.17.0730)**

**Embargante:** Antonia Pedro da Silva e outros

**Embargado:** Estado de Pernambuco

**Relator:** Des. Erik de Sousa Dantas Simões

**VOTO**

Nada há a ser declarado ou aclarado, em relação ao Acórdão Embargado. Com efeito, a Apelação foi rejeitada por esta Câmara de Direito Público, à unanimidade de Votos, restando o acórdão lavrado nos seguintes termos:

***“EMENTA: APELAÇÕES. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. AGRAVO RETIDO DESPROVIDO. PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE ATIVA, IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO, NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DE JULGAMENTO EXTRA PETITA REJEITADOS. PEDIDO DE REINTEGRAÇÃO BASEADO NA POSSE EXERCIDA PELO ESTADO DE PERNAMBUCO HÁ MAIS DE 50 (CINQUENTA) ANOS. ÁREA PERTENCENTE A EMPRESA PÚBLICA. ÁREA PÚBLICA AFETADA. BEM PÚBLICO. NÃO SUJEIÇÃO À USUCAPIÃO. MERA DETENÇÃO. NÃO CABIMENTO DE PEDIDO INDENIZATÓRIO. APELOS DESPROVIDOS. DECISÃO UNÂNIME.***

*1 - Pugna o Estado de Pernambuco, em suas contrarrazões (446/458), preliminarmente, o julgamento do Agravo Retido de fls. 255/256, para que seja decretada a revelia dos réus.*

*2 - Analisando detidamente a questão, vê-se que os réus não perderam o prazo para resposta, conforme alega o Estado de Pernambuco.*

*3 - Alegam os apelantes, preliminarmente, que o Estado de Pernambuco não possui legitimidade para figurar no feito, porquanto baseou seu pedido de reintegração de posse na titularidade de um bem pertencente a outra pessoa, qual seja, IPA (Instituto de Pesquisas Agronômicas), que possui personalidade jurídica própria.*

*4 - Analisando detidamente a questão trazida, vê-se que o Estado de Pernambuco fundamentou seu pedido reintegratório na posse direta do bem e não, como aduz o recorrente, no domínio da coisa.*

*BAK*



587  
A

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

5 - O Estado não nega que não é o proprietário do imóvel em questão. Ao revés, admite ter doado cerca de 40 (quarenta) hectares do bem ao IPA – Instituto de Pesquisas Agronômicas, em 17 de novembro de 1981, através da Lei Estadual nº 6.956/75 e que, na época, tal entidade era órgão da Administração direta do Estado.

6 - Assim, vê-se que o pedido reintegratório baseia-se na posse direta que o Estado exercida desde 30 de dezembro de 1950, quando adquiriu o bem através de compra e venda, conforme se depreende da certidão de fl. 07/08, confeccionada pelo Tabelião Substituto do Cartório de Ipojuca.

7 - Ainda que se considere que a ocupação dos demandados se deu há mais de 20 (vinte) anos, conforme alegam, tem-se que a ocupação do Estado se deu em data muito anterior.

8 - O Estado de Pernambuco, apesar de ter doado o imóvel, continuou se comportando como se proprietário do bem fosse, mesmo depois da doação, tendo, inclusive, construído uma casa Oficial destinada ao Chefe do Poder Executivo Estadual. Esta tese é corroborada ainda mais pelos depoimentos pessoais dos próprios réus, porquanto aduziram ter ciência de que as terras pertenciam ao Estado de Pernambuco.

9 - Assim, dúvidas não há sobre a legitimidade do Estado de Pernambuco em propor a Ação de Reintegração de Posse, já que, mesmo após a doação, manteve-se como se dono do bem fosse.

10 - Tem-se que o pedido possessório é perfeitamente possível, ante ao fato do Estado estar buscando a defesa da sua condição de possuidor e não de proprietário.

11 - Analisando detidamente a sentença vergastada, vê-se que o Magistrado ateu-se aos pedidos iniciais, não tendo extrapolado os limites da lide, não havendo que se falar, portanto, em julgamento extra ou ultra petita.

12 - O Juiz baseou-se nas provas dos autos para fundamentar o seu entendimento. Uma vez fundamentada a decisão tomada em certo sentido, lógica e automaticamente consideram-se afastadas teses, normas ou argumentos lançados em sentidos diversos. Ao julgador, portanto, compete fundamentar sua decisão, dizendo porque decidiu de determinada forma e não justificar porque não decidiu de outra.

13 - O Estado de Pernambuco adquiriu, através de compra e venda, a propriedade de 110,12 hectares (cento e dez hectares e doze deciares), em 30 de dezembro de 1950. Em 24 de outubro de 1974, a área foi desmembrada, tendo sido parte dela doada ao



588  
A

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

---

*IPA – Instituto de Pesquisas Agronômicas do Estado de Pernambuco, à época da doação, órgão pertencente ao Estado de Pernambuco e hoje Empresa Pública com personalidade jurídica própria.*

*14 - Analisando detidamente as provas acostadas aos autos, vê-se que o IPA nunca exerceu a posse direta do bem doado pelo Estado, que continuou no bem como se proprietário fosse, tendo, inclusive, edificado a casa de veraneio do Governador do Estado. Por tal razão, o pedido de reintegração de posse é perfeitamente possível.*

*15 - Doutra banda, os ocupantes da área, mesmo imaginando que a área pertencia ao Estado de Pernambuco, conforme se extrai dos depoimentos pessoais, invadiram a propriedade e construíram casas, sem qualquer autorização legítima para tanto.*

*16 - Mesmo alegando que uma das ocupantes está no bem há mais de 20 (vinte) anos, por autorização do então Governador do Estado, tem-se que ato do Chefe do Poder Executivo há que ser considerado irregular, já que, na época, o bem era público e não havia nenhuma autorização legislativa que legitimasse a sua ocupação por qualquer dos réus/apelantes.*

*17 - Sem qualquer título que legitime a ocupação dos demandados, restou configurado o esbulho possessório, passível de ação reintegratória do Estado, nos moldes do art. 926 do CPC.*

*18 - Ressalte-se, ainda, que o IPA é entidade integrante do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), coordenado pela EMBRAPA, voltada para pesquisa, desenvolvimento e produção de bens e serviços agropecuários, tendo como atividades, entre outras, a assistência técnica, extensão rural e de infraestrutura hídrica do Estado de Pernambuco. Tais atividades, decerto, são de grande interesse público.*

*19 - Desta feita, não cabe aos ocupantes o direito de retenção do bem. Isso porque não se pode falar em posse de bem pertencente à Empresa Pública dotada de interesse público, já que as áreas que servirão à sua finalidade, delimitadas através de decretos, tornar-se-ão afetadas por tal múnus de interesse ou finalidade pública, sendo, portanto, considerado bem público para todos os efeitos legais, inclusive quanto a não sujeição à usucapião (Art. 102 do Código Civil<sup>1</sup>).*

*20 - Apelações desprovidas.*

*21 - Decisão unânime.”*

*ERIK*

---

<sup>1</sup> Art. 102. Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.  
04 ED 0233457-4

589  
A

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

Como se verifica, inexistente contradição, obscuridade, erro material ou omissão na decisão do Agravo, bem como nos Embargos de Declaração antes interpostos. Ao contrário, o acórdão do Agravo esgotou a matéria, havendo o devido enfrentamento de todos os pontos, inclusive legais, sobre os quais o embargante está a buscar esclarecimento, repetidamente, nos dois embargos de declaração.

O julgado explicou o porquê, nesse caso, os bens devem ser reintegrados ao Estado de Pernambuco, bem como a razão de terem sido considerados públicos. Além disso, explicitou o motivo que levou à conclusão de que existia posse anterior do Estado, não havendo qualquer omissão quanto a isso.

Da mesma forma, não há qualquer omissão quanto ao fato da área dos embargantes está inclusa na área reclamada.

Com efeito, decisão judicial não é resposta a questionário, tampouco à consulta. Não há lógica e é antieconômico se exigir que sejam abordados todos e quaisquer argumentos ou normas legais, com que litigam as partes no transcorrer do feito, se o órgão julgador já encontrou a motivação necessária para alicerçar o *decisum*.

Uma vez fundamentada a decisão tomada em certo sentido, lógica e automaticamente consideram-se afastadas teses, normas ou argumentos lançados em sentidos diversos.

Ao julgador, portanto, compete fundamentar sua decisão, dizendo porque decidiu de determinada forma e não justificar porque não decidiu de outra.

Registre-se, ainda, que a interpretação do julgado é ônus da condição de parte.

Assim, não é possível, na via estreita dos embargos de declaração, revisar-se a decisão embargada. Igualmente, não é cabível a sua modificação, com alteração de sua substância ou sentido, exceto em situações excepcioníssimas, o que não se verifica no caso.

Nesse sentido:

**STJ: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. LEI N. 11.907/09. GAE. INCORPORAÇÃO AO VENCIMENTO BÁSICO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. 1. Revelam-se improcedentes os embargos declaratórios em que as questões levantadas não configuram as hipóteses de cabimento do recurso - omissão, contradição ou obscuridade -, delineadas no art. 535 do CPC. 2. A rediscussão, via embargos de declaração, de questões de mérito já resolvidas configura pedido de alteração do resultado do *decisum*, traduzindo mero inconformismo com o teor da decisão embargada. Nesses casos, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que os embargos não merecem prosperar. 3. Embargos de declaração rejeitados. EDcl no REsp 1343065 / PR. Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES. DJe 02/04/2013.**





PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

590  
K

***TJPE: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. RECURSO IMPROVIDO. 1. Os embargos de declaração não são cabíveis para a simples rediscussão da matéria. 2. As questões suscitadas foram devidamente enfrentadas no aresto embargado, não servindo a sede aclaratória ao reexame meritório do que já foi decidido. 3. Embargos de declaração à unanimidade improvidos, não considerando vulnerados os dispostos explicitados. ED 276467-4/02. Relator: Ricardo de Oliveira Paes Barreto, Data de Julgamento: 04/10/2012.***

Desta feita, não evidenciadas as hipóteses do artigo 535 do Código de Processo Civil, não há como se acolher os embargos de declaração, pois, mesmo os chamados embargos de declaração, para fins de prequestionamento, encontram seus limites na norma do aludido dispositivo legal.

Por tais razões, voto no sentido de rejeitar os embargos declaratórios.

É como voto.

Recife, 27 de maio de 2014.

Des. Erik de Sousa Dantas Simões  
Relator